



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

HABEAS CORPUS Nº: - 0205805-9

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 219.209.000952-0

102

ÓRGÃO JULGADOR : Terceira Câmara Criminal  
COMARCA : Gravata - 1ª Vara  
IMPETRANTE : Harany Reis Freire  
PACIENTE : João Leão Brasil Filho  
PROCURADOR : Dr. José Correia de Araújo  
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

**EMENTA:**

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FORMAÇÃO DE QUADRILHA, ESTELIONATO E FALSIDADE IDEOLÓGICA. PRISÃO PREVENTIVA MOTIVADA NAS CIRCUNSTÂNCIAS INTEGRANTES DO TIPO PENAL E NA GRAVIDADE ABSTRATA DOS CRIMES. PERICULOSIDADE NÃO DEMONSTRADA. MERAS CONJECTURAS QUANTO À NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA, A INSTRUÇÃO CRIMINAL E A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, EMBASADAS NO CLAMOR PÚBLICO E NO ABALO À CREDIBILIDADE DA JUSTIÇA, DIVORCIADAS DE QUALQUER ELEMENTO CONCRETO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. OCORRÊNCIA. ORDEM CONCEDIDA.

I – Não basta a justificar a prisão preventiva mera alusão à ordem pública em face da gravidade abstrata do crime, fazendo-se necessário demonstrar a ocorrência factual de qualquer das hipóteses legais autorizadoras da medida extrema.

II – A mera alusão ao clamor público e à necessidade de salvaguardar a credibilidade da Justiça, não constitui fundamentação idônea a autorizar a prisão preventiva do paciente, para assegurar a instrução criminal e a aplicação da lei penal, se desvinculado, o decreto prisional, de qualquer fato concreto.

III- Ordem concedida e, de ofício, estendida aos co-réus. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



103

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0205805-9** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em conceder a ordem, e, de ofício, estender aos demais acusados**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 03 de fevereiro de 2010

  
**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Presidente/Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

104

**HABEAS CORPUS Nº: - 0205805-9**  
**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 219.209.000952-0**  
**ÓRGÃO JULGADOR** : Terceira Câmara Criminal  
**COMARCA** : Gravatá - 1ª Vara  
**IMPETRANTE** : Harany Reis Freire  
**PACIENTE** : João Leão Brasil Filho  
**PROCURADOR** : Dr. José Correia de Araújo  
**RELATORA** : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

**RELATÓRIO**

O bel. Harany Reis Freire impetrou *Habeas Corpus preventivo*, com pretensão liminar, em favor de **JOÃO LEÃO BRASIL FILHO**, qualificado na atrial (fls.02), alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em decorrência da decretação de sua prisão preventiva no âmbito do processo-crime nº 219.209.000952-0 a que responde, juntamente com Claudionor Alves de Lima, Maria do Carmo de Jesus, Fábio Stephenson Santos de Farias, João Leão Brasil Neto e Maria do Socorro Galindo Leão Brasil, perante o MM. Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Gravatá, neste Estado, como incurso nas sanções dos arts.171<sup>1</sup>, 288<sup>2</sup> e 299<sup>3</sup>, todos do Código Penal, sob a alegação de que o aludido decreto prisional carece de fundamentação, porquanto não se encontra lastreado em qualquer elemento concreto.

**<sup>1</sup> Estelionato**

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

**<sup>2</sup> Quadrilha ou bando**

Art. 288 - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

**<sup>3</sup> Falsidade ideológica**

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

105

Em síntese, o impetrante alega que os argumentos invocados, genericamente, pela autoridade coatora, ao decretar a constrição cautelar do paciente e demais co-réus, tais como o clamor público, a credibilidade da Justiça e a gravidade abstrata do delito, perfazem-se em elementos inválidos para fundamentar a medida excepcional ora impugnada.

Ao final, assevera que o paciente é tecnicamente primário, além de possuir residência fixa e profissão definida.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 20/30, dentre os quais a cópia da denúncia e da ordem prisional combatida.

As fls.37/38, indeferi o provimento liminar vindicado e solicitei informações à autoridade coatora, que as prestou às fls.44/45.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. José Correia de Araújo, ofereceu parecer às fls.81/82, opinando pela concessão da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 03 de fevereiro de 2010

  
**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



106

HABEAS CORPUS Nº: - 0205805-9  
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 219.209.000952-0  
ÓRGÃO JULGADOR : Terceira Câmara Criminal  
COMARCA : Gravata - 1ª Vara  
IMPETRANTE : Harany Reis Freire  
PACIENTE : João Leão Brasil Filho  
PROCURADOR : Dr. José Correia de Araújo  
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Razão assiste ao impetrante.

O decreto de prisão preventiva está assim fundamentado  
(fls.23/25):

"(...) Consta da denúncia em março de 2009, os denunciados, agindo organizadamente e no intuito de cometerem crimes em série, falsificaram documentos com o fim de retirarem cartões de crédito do Sistema IBI Card Fácil, e com estes realizarem operações fraudulentas, obtendo vantagens econômicas da instituição financeira que emitiu os ditos cartões de crédito (...) Além de fortes indícios de crime contidos na representação da instituição vítima, a Autoridade Policial realizou investigações e diligências de busca e apreensão, onde foram autorizadas por este Juízo, colhendo documentos que endossam os **indícios** e são **provas materiais** que justificam a denúncia (fls.119), atendendo que existem veementes **indícios de autoria de crime**, Auto de Apresentação e Apreensão de fls.130. **A Justiça entra no descrédito geral** quando fatos desta natureza acontecem na comunidade e o autor fica à desfilar ou se foragir, em acinte aos jurisdicionados. **A violência campeia em todos os lares e o temor de novos acontecimentos** leva os pacatos cidadãos a **clamarem por 'Justiça'**, entendendo-a como 'aluação do Juiz'. A ordem pública há que ser preservada. A instrução criminal **deve** ter o seu curso normal, com a presença do indiciado, a todos os atos do processo, bêm



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

107

*como a lei deve ser aplicada, ao final. Atendendo ao que dos autos consta: DECRETO as prisões preventivas dos acusados CLAUDIONOR ALVES DE LIMA, FÁBIO STEPHENSON SANTOS DE FARIAS, JOSÉ LEÃO BRASIL FILHO e JOSÉ LEÃO BRASIL NETO (...). (NEGRITEI)*

Da leitura da decisão impugnada, não se vislumbra a presença de qualquer elemento factual que justifique a decretação da medida extrema ora combatida, visto que a constatação de circunstâncias que indicam indícios de autoria e prova da materialidade de crime, demonstram, apenas, a presença das condições de procedibilidade da denúncia, não se mostrando servíveis, por si sós, para justificar a decretação da prisão preventiva.

No mesmo diapasão, a gravidade dos delitos imputados ao paciente e demais denunciados, tomada em abstrato, assim como ilações quanto ao clamor público e a necessidade de salvaguardar a credibilidade da Justiça, sem a indicação de qualquer justificativa concreta, não constitui motivação idônea para autorizar a custódia cautelar que, por excepcional, demanda fundamentação assentada em fatos concretos e atuais, aptos a demonstrar o *periculum libertatis*, não bastando, para tanto, a mera reprodução das expressões constantes no art.312, da Lei Adjetiva Penal.

A propósito, destaco do julgado adiante transcrito, o seguinte excerto:

*"A possibilidade de abalo à ordem pública não pode ser sustentada por circunstância que estão subsumidas na gravidade do próprio tipo penal." (HC nº 40.178/RJ, STJ – 5ª Turma, rel.Min. Gilson Dipp, publicado no DJ de 14.3.2005)*

No mesmo sentido :

*"A prisão cautelar, em razão do princípio constitucional da inocência presumida, necessita da demonstração dos elementos objetivos, indicativos dos motivos concretos autorizadores da medida constritiva; e exige*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

108

a individualização dos seus fundamentos ao acusado. Argumentos abstratos, desprovidos de qualquer suporte fático, não podem respaldar a prisão provisória, a qual somente poderá ser justificada motivação válida e aliada a um dos requisitos legalmente previstos. **A gravidade do delito dissociada de qualquer outro elemento concreto e individualizado, não é suficiente para justificar a custódia cautelar.** Precedentes do STJ e do STF. **Ordem concedida (...).** (HC 61.062/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 27.02.2007, DJ 26.03.2007 p. 263)

E mais:

"A decretação da prisão preventiva, de natureza eminentemente não satisfativa, exige a demonstração dos pressupostos e motivos autorizadores do art. 312 do CPP, de modo a justificar a necessidade da medida restritiva de liberdade, nos termos do art. 93, inciso IX, da Constituição, sob pena de antecipar-se a reprimenda a ser cumprida quando da condenação. **Impondo o Juiz de primeiro grau a custódia cautelar tecendo considerações de ordem genérica, com menção à gravidade abstrata do delito supostamente realizado pelos pacientes, ao suposto clamor público, à necessidade de garantir a credibilidade da justiça, e ainda, à possibilidade de o paciente evadir-se do distrito da culpa, sem, no entanto, demonstrar concretamente a necessidade da prisão antecipada, evidencia o constrangimento ilegal.** Precedentes. A gravidade genérica do delito supostamente realizado pelos Pacientes, dissociada de qualquer outro elemento concreto e individualizado, não tem, de per si, o condão de justificar a custódia cautelar. **Segundo a jurisprudência deste STJ e do STF, também não constituem fundamentos idôneos à prisão preventiva a invocação da repercussão do delito, tampouco, a necessidade de acautelar a credibilidade das instituições judiciárias. Conclusões vagas e abstratas, como a possibilidade de comprometimento da eventual aplicação da lei penal pelo fato do**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

109

*paciente não residir no distrito da culpa, não se revela suficiente para respaldar a custódia cautelar se dissociada de elementos concretos autorizem essa conclusão. Precedentes. Ordem CONCEDIDA, para revogar o decreto preventivo, salvo se por outro motivo estiverem presos, sem prejuízo de que seja decretada novamente a custódia, com base em fundamentação concreta.” (HC 90.405/GO, Rel. MIN. CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2007, DJ 11/02/2008 p. 1)*

Releva notar que, além da ausência de fundamentação idônea a dar supedâneo ao decreto construtivo, observo que a MM. Juíza processante, Drª. Izilda Maria de Abreu Dornelas Câmara, não deu tratamento isonômico em relação às rés **Maria do Carmo de Jesus e Maria do Socorro Galindo Leão Brasil**, quando deixou de decretar a prisão preventiva das mesmas, inobstante não se verifique, pelo que deflui do *decisum sub examen*, qualquer circunstância que demonstre existir desigualdade processual entre as mulheres acusadas e os demais denunciados.

Frise-se, por oportuno, que a custódia cautelar das imputadas, sequer, foi requerida pelo representante do órgão ministerial com atuação no 1º grau, Dr. Fernando Tenório da Silva, o qual assim procedeu invocando, apenas, o argumento de “evitando-se as prisões das mulheres, uma vez que elas são mais facilmente levadas a delinquir pelos homens e as conseqüências de uma prisão são muito mais sofridas pelas mulheres” (fls.22).

Diante disso, o ilustre Procurador de Justiça, Dr. José Correia de Araújo, arrimado no fato de que a não decretação das duas mulheres denunciadas, motivada apenas pela circunstância de as mesmas serem do sexo feminino, alcança o paciente, posto que todos os denunciados foram acusados pela prática do mesmo crime, pugna pela concessão da ordem, por extensão.

Ante o exposto, em consonância com o entendimento da douta Procuradoria de Justiça, concedo a ordem, determinando a expedição de salvo conduto em favor do paciente





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**



110

do paciente **JOÃO LEÃO BRASIL FILHO**, relativamente à ação penal nº **219.2009.952-0**, estendendo, de ofício, o referido benefício em favor dos co-réus **Claudionor Alves de Lima, Fábio Stephenson Santos de Farias e José Leão Brasil Neto**, nada impedindo nova decretação, acaso se verifique no futuro o surgimento dos requisitos autorizadores da prisão preventiva dos acusados.

Recife, 03 de fevereiro de 2010

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora